

ENSAIO

# Democracia: desigualdades e consenso em questão

## Democracy: inequalities and consensus in question

Silvana Tótoro<sup>1</sup>

### Resumo

O aumento da população em situação de rua nos coloca diante de um problema de natureza crítica em relação à ordem política construída em torno do chamado “consenso democrático”. Propomos, neste ensaio, problematizar o consenso neoconservador que se formou na atualidade em torno da democracia. Com base no pensamento do filósofo Jacques Rancière, afirmamos o dissenso em relação à ordem política e a igualdade como componente indispensável de uma comunidade política democrática. Começamos por denunciar a espúria combinação entre democracia, o regime capitalista e sua produção de desigualdades e subjetividades sujeitadas que nutrem um conjunto de dispositivos de controle. Diante de um regime político que reproduz as desigualdades, não faltam as explosões de insatisfações sociais, que se traduzem em ódios e ressentimentos contra um inimigo quase sempre fabricado pela economia do medo.

**Palavras-chave:** Democracia; Igualdade; Dissenso; População em situação de rua

O aumento da população em situação de rua nos coloca diante de um problema de natureza crítica em relação à ordem política construída em torno do chamado “consenso democrático”. Um olhar mais atento e crítico da realidade atual dos grandes centros urbanos, ao redor do mundo, escancara o aumento da pobreza e a presença crescente de populações sujeitas a todo tipo de exploração e domínio, cuja presença é a própria existência de indesejáveis. Esses não constituem propriamente um povo político, porque seus atos não são acompanhados de uma mudança de sua condição social. Suas manifestações — quase sempre a simples presença nas vias públicas ou bairros habitados pelos bem-nascidos ou privilegiados — provocam a reação

### Abstract

The increase of the homeless population places us before a critical problem in relation to the political order built around the so-called “democratic consensus”. In this essay, we propose to problematize the neoconservative consensus that has been formed around democracy. Based on the thought of the philosopher Jacques Rancière, we affirm dissensus in relation to the political order and equality as an indispensable component of a democratic political community. We begin by denouncing the spurious combination between democracy, the capitalist regime, and its production of inequalities and subjectivities that nurture a set of control devices. In the face of a political regime that reproduces inequalities, there is no lack of explosions of social dissatisfaction that translate into hatred and resentment against an enemy almost always fabricated by the economy of fear.

**Keywords:** Democracy; Equality; Dissensus; Homeless Population

dos governantes conclamados a agir pelos próprios moradores. São exatamente esses indesejáveis que nos provocam a retomar a questão da democracia.

No Brasil, desde o final da ditadura civil-militar — assim como nos últimos trinta anos no chamado Ocidente —, convencionou-se denominar de democracia ao regime representativo liberal e seus mecanismos de alternância pacífica de poder, com governos eleitos por meio do sufrágio universal, eleições periódicas livres e diretas, pluralismos partidários e as chamadas liberdades de organização e expressão. Formou-se um consenso em torno das denominadas liberdades democráticas e de seus métodos de escolha e alternância de governos. Trata-se de uma conceituação da democracia como um regime político representativo definido por seu método de escolha e exercício de governo.

Esta máquina consensual de governo não tem sido capaz de cumprir a promessa em torno da qual

<sup>1</sup> Professora Doutora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (stotora@gmail.com). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Arte Mídia e Política (Neamp – PUC/SP).



este consenso foi estabelecido: a promoção da paz e a garantia do bem viver da população. Na verdade, trata-se de um consenso em torno de um governo do capitalismo de racionalidade neoliberal, produtor das desigualdades. Nesses últimos trinta anos, inúmeras guerras foram feitas, cinicamente para defender as denominadas democracias ocidentais. Destacam-se, nesse sentido, as invasões, pelos EUA e aliados, ao Iraque e à Líbia, e o abandono posterior de sua população a uma violência sem precedentes.

No âmbito interno, instaurou-se uma guerra permanente contra imigrantes e as populações pobres das periferias dos grandes centros urbanos. Multiplicaram-se os dispositivos de segurança que aprofundaram as desigualdades entre os privilegiados deste sistema e uma maioria de pobres, negros e negras, mulheres, e a população LGBT+ expostos(as) a todo tipo de violências. Um neocolonialismo se instala não somente entre as nações ditas centrais e as periféricas, mas no interior das próprias nações, em que a população portadora de direitos se restringe aos machos, ricos, brancos, heteronormativos ou até mesmo aqueles que, dominados e explorados, participam ativamente das regras do jogo que os oprimem.

Uma sociedade de segurança se instaura pela multiplicação dos dispositivos de vigilância e de controle da população a céu aberto. Reforçam-se as fronteiras para impedir a entrada de imigrantes, acusados, hoje, nos países ditos desenvolvidos da Europa central e nos EUA, de causadores da perda da qualidade de vida e do desemprego da chamada população nomeada de nacional. Grupos de privilegiados e seus partidos de extrema direita se apropriaram de símbolos como a bandeira nacional e proclamam-se os defensores da moral vigente traduzida pelo slogan: Deus, pátria e família. E em nome desses valores dividem e opõem os povos de um mesmo país.

Na Europa central e nos EUA, os indesejáveis são denominados genericamente de imigrantes. Nos países colonizados, os inimigos são os povos autóctones ou as populações tradicionais, e as populações de pobres explorados e assujeitados. A história já acumula muitas atrocidades exercidas em nome de um

Deus Uno. Ora, o Estado também foi considerado como um Deus terreno, indivisível, absoluto e perpétuo. Hoje, o mercado, e a sociedade capitalista, vem ocupando este lugar, com a benção do Estado.

Nunca o capitalismo lucrou tanto com a fabricação da insegurança. Os governos eleitos não hesitam em utilizar a polícia para desalojar as populações de pobres que, na luta pela moradia, ocupam terrenos e prédios ociosos nos centros urbanos. As populações indígenas, pequenos agricultores familiares e os sem-terra são expulsos de seus territórios e habitats de origem pela exploração ilegal dos minérios e a expansão do agronegócio predatório. As populações em situação de rua aumentam vertiginosamente nos centros urbanos, escancarando a miséria.

A pobreza vem sendo tratada pelos governantes como um caso de polícia. Hordas de desabrigados caminham pelas ruas das grandes cidades, carregando seus poucos pertences. Instalam suas barracas sob grandes viadutos e nas calçadas de avenidas do centro nervoso do capitalismo e seu sistema financeiro; provocam nas populações circulantes, no comércio e nos moradores locais, medo e repulsa. A presença desses incômodos moradores desencadeia apelos por intervenções das autoridades, especificamente de suas forças policiais. Eis os imigrantes indesejáveis das metrópoles capitalistas: seja em Paris, Londres, Nova York, ou em São Paulo, presencia-se o mesmo cenário de desolação, abandono e violência deste capitalismo de racionalidade neoliberal.

A prática da violência privada, favorecida pelo comércio legalizado de armas de fogo, associado às forças repressivas do Estado, exercidos contra os desfavorecidos, evidenciam a realidade do propalado consenso democrático.

Que consenso democrático é esse que não enfrenta as desigualdades? Ou melhor, é o produtor de uma comunidade política dos privilegiados? A extrema direita ganha terreno nesta máquina consensual de governar disseminando o seu ódio aos pobres, negros, migrantes, povos colonizados e todas as chamadas minorias que não participam desse consenso. Antes de buscar uma explicação para o apoio de parcelas



dos povos oprimidos, por meio do voto ou de manifestações públicas, aos candidatos de extrema direita, partilhamos da recusa de La Boétie (1987) de qualquer explicação para o que chama de inominável. Como entender que os povos possam desejar não a liberdade, mas a servidão?<sup>1</sup> Ora, o discurso de La Boétie (1987), no século XVI, inaugurou um pensamento político inédito até então. A dominação não provém dos que dominam ou daqueles que governam, mas dos próprios governados que obedecem, ou melhor, querem servir.<sup>1</sup>

Compreender essa máquina de produção da servidão é próprio daqueles que desejam a liberdade e não a servidão. Daí, no seu discurso político e, também, sobre a política, La Boétie (1987) se dirige aos amigos. E quem seriam os amigos? São aqueles que odeiam a servidão e compartilham entre si de uma relação de liberdade. Eles se reconhecem na sua diferença ou pluralidade, como “todos uns”. E é nessa relação que a igualdade é afirmada.<sup>1</sup> Não se trata, portanto, de uma igualdade de idênticos. Eles recusam servir a um poder externo que torna a comunidade política “todos UM”. A liberdade política ou coletiva seria uma relação em que a comunidade política se constitui na pluralidade, “todos uns”<sup>1</sup>, em que as diferenças se compõem sem dominação, interceptando a vontade de servidão. Trata-se, assim, de um agir político em conjunto, uma política outra.

Neste ensaio, propomos problematizar o consenso neoconservador que se formou na atualidade em torno da democracia. Nada mais pertinente, para esta edição do Boletim do Instituto de Saúde (BIS), do que fissurar esse consenso, expondo suas chagas, espalhadas pelas ruas habitadas por uma população despejada deste consenso. Queremos, na companhia de Jacques Rancière, fazer a defesa do dissenso. Começamos por denunciar a espúria combinação entre democracia, o regime capitalista e sua produção de desigualdades e subjetividades sujeitadas ou, pior ainda, conformadas, que nutrem um conjunto de dispositivos de controle. Mas não faltam as explosões de insatisfações sociais que se traduzem em ódios e ressentimentos contra um inimigo quase sempre fabricado pela economia do medo.

A figura pretensamente neutra dos Estados, no seu objetivo de salvaguarda da segurança da população, toma a forma de um colapso de governos que fracassam no combate às crises econômicas, aumento da criminalidade, epidemias, pobreza... Nos países ditos de economia desenvolvida, estes problemas se somam aos terrorismos, imigrações clandestinas e problemas relacionados ao meio ambiente, principalmente ao aquecimento global. Atitudes racistas e de ódio circulam nas redes sociais e manifestam-se em explosões violentas, que se propagam por meio dos dispositivos de comunicação que, na ânsia de garantir e afirmar o consenso, obstaculizam um confronto que coloque em risco a aliança entre democracia, capitalismo e desigualdades.

É contra esse consenso que se dirige este ensaio, e não contra a democracia. Para tratar de um problema do presente da relação entre democracia e desigualdades, incluindo a questão da relação de poder como dominação, selecionei as contribuições do filósofo francês Jacques Rancière (2022), em sua mais recente publicação, inédita em português, em que o autor reúne suas reflexões políticas dos últimos 30 anos<sup>2</sup>.

Essa obra é de imensa atualidade para entendermos o cenário político em que estamos mergulhados, em particular o Brasil após a eleição, em 2018, de um presidente de extrema direita, Jair Bolsonaro. Embora tenha sido derrotado em 2022, na sua tentativa de reeleição, obteve um número considerável de votos, dividindo o eleitorado com o candidato de esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva, que agregou um largo espectro de forças, da esquerda à direita. Na companhia de Rancière (2022), pretendo problematizar o denominado consenso democrático<sup>2</sup>. Trata-se de uma ideia de democracia que povoa os discursos intelectuais, midiáticos e de parcela da população, mas, também, mobiliza cada vez mais um grande contingente populacional identificado e disponível para o apoio a lideranças de extrema direita para postos de governo.

Se antes o caminho para a extrema direita chegar ao governo era por meio de um golpe de Estado — refiro-me às ditaduras civis-militares da América Latina — hoje, os governos de extrema direita são eleitos



pelo denominado método democrático. No governo, até mesmo os partidos de esquerda eleitos governam em aliança com partidos de centro e de direita. Estas composições conduzem ao exercício conservador dos governos, gerando frustrações nas expectativas de vencer as condições de desigualdade da maioria da população. Mas como vencer as desigualdades com um regime político comprometido com a gestão do capitalismo de racionalidade neoliberal? Neste regime, a produção das crises constitui-se móvel de acumulação e concentração de riqueza e poder, portanto de produção de desigualdades.

O regime representativo, parlamentarista e/ou presidencialista, vem sendo marcado pela instabilidade do próprio sistema que representa, o capitalismo financeiro, agronegócios, tecnologias digitais, redução dos postos de trabalho em decorrência do crescimento da informatização e do aparecimento de um novo tipo de trabalho de caráter imaterial.

A responsabilidade pela instabilidade e as crises atuais seria do próprio regime capitalista de racionalidade neoliberal, e não da democracia como faz crer uma literatura conservadora e autoritária que atribui aos instintos incontroláveis das massas ignorantes a instabilidade política.

Segundo Rancière (2022) o sistema político representativo não pode ser confundido com a democracia<sup>2</sup>. É preciso abandonar a confusão entre representação e democracia e todas as demais noções que daí derivam, como “populismos”, democracia representativa, democracia “iliberal” etc. O fortalecimento das instituições representativas, que muitos acreditam ser o caminho da estabilidade democrática, seria, ao contrário, o baluarte do poder das classes dominantes. A própria eleição de Jair Bolsonaro e a composição do parlamento foram a expressão das forças sociais conservadoras e das instituições autoritárias (forças armadas, polícia e igrejas — particularmente as neopentecostais); além da ação direta das oligarquias econômicas — agronegócios, sistema financeiro, madeireiros e garimpeiros invasores das terras indígenas.

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva pode abrir, sem dúvida, um espaço neste regime político

representativo das forças conservadoras, comprometidas com o capitalismo nacional e internacional, às ações das forças democráticas. E por forças democráticas entenda-se, de acordo com Jacques Rancière (2022), aquelas forças que introduzem um dissenso no sistema global de dominação. Tratam-se de ações políticas coletivas não dirigidas a ocupar o poder, mas uma afirmação real da democracia, entendida como uma comunidade política de iguais sem dominação.

A democracia para Rancière (2022) não seria um regime político representativo, mas a ação direta das forças contra os sistemas de dominação e exploração<sup>2</sup>. Diferente de uma concepção que afirma o fortalecimento de instituições como garantia da estabilidade do sistema representativo, as instituições democráticas são criadas e recriadas pela força dos movimentos políticos daqueles que estão fora das relações de representação oligárquicas. São elas, segundo o filósofo, contra instituições autônomas em relação às instituições governamentais”<sup>2</sup> (p. 216).

Com base na referida formulação da concepção de democracia, a política, para Rancière (2022), na atualidade, assume cada vez mais um conflito entre dois mundos: um mundo regido pela lei da desigualdade e um mundo construído pela ação igualitária. A política seria a constituição de uma ação coletiva em confronto com a ordem do poder político constituído como regime representativo das forças dominantes em larga extensão, não somente no âmbito econômico, mas de gênero, racial e de classe.

Considero importantes as colocações lançadas neste ensaio acerca da distinção entre ação democrática contra as formas dominantes de poder e a concepção da democracia como um regime político representativo. O momento exige essa clara distinção, com o risco de sermos tragados pelo ódio à democracia que leva ao crescimento, já assustador no Brasil e no mundo, de uma nostalgia ditatorial. A extrema direita avança na Europa; no Brasil, chegou ao poder com Jair Bolsonaro, em 2018, e quase se reelegeu em 2022. O risco ditatorial nos assombra se continuarmos neste ciclo vicioso da política comprometida com as forças de um sistema que se nutre das desigualdades e de

um consenso que só as aprofundam. A democracia e a política vêm sendo tragadas por essas forças que ocupam as instituições representativas do governo e do Estado. Elas disseminam o ódio e fabricam os messias salvadores da pátria e da família, e tudo em nome de Deus.

Retomando a disputa dos dois mundos, proposta por Jacques Rancière (2022), não podemos deixar que as forças dominantes que dirigem e alimentam os governos do Estado monopolizem os sentidos de política e de democracia até destruí-los. Sem a política, resta apenas um mundo de pura violência que impede a liberdade de existir e agir em conjunto. Somos livres em companhia onde compartilhamos nossas diferenças. Sob a tirania, a liberdade não se realiza; os tiranos impedem os encontros e fazem com que a liberdade seja apenas um sonho solitário.

### **Referências**

1. La Boétie E. Discurso da servidão voluntária. 4. ed. Santos LGS, tradutor. São Paulo: Brasiliense; 1987.
2. Rancière J. Les trente inglorieuses : Scènes politique, 1991-2021. Paris : La fabrique éditions ; 2022.

